



# CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA  
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

## ATA DA 35ª REUNIÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

1 No dia quatorze (14) do mês de agosto (08) de dois mil e dezessete (2017) às 18h30min,  
2 reuniram-se na sede provisória do Consórcio em Assembleia Geral Ordinária, **os**  
3 **seguintes prefeitos:** Edson Rodrigo de Oliveira Cunha de **Monte Alegre do Sul**, Marco  
4 Antonio de Oliveira de **Morungaba**, Benedito Lauro de Lima de **Pinhalzinho**, Sidney  
5 Antonio Ferraresso de **Serra Negra**, e Jair Fernandes Gonçalves de **Tuiuti**. Por  
6 procuração compareceu João Batista Preto de Godoy de **Socorro**. José Mauro Alvarenga  
7 compareceu representando o Prefeito de **Águas de Lindóia**. Do CISBRA compareceram:  
8 Sandra Cristina Dimis Santos, Marcela Lonel de Souza Guelere, Marília Tedeschi  
9 Schiavolim, Vitor Ribeiro Junqueira Castelli e André Alessandro dos Santos. Demais  
10 participantes constam em lista de presença. O presidente **Jair Fernandes Gonçalves**  
11 (Prefeito Nande) instala a Assembleia Geral agradecendo a presença de todos e  
12 especialmente a presença do Dr. Rodrigo Sanches Garcia, promotor de justiça do GAEMA  
13 de Campinas. O Presidente Nande constata o momento difícil em que o Consórcio vem  
14 passando devido às colocações de alguns grupos e a ausência de quorum nas reuniões,  
15 “... até parece que há uma queda de braço aqui dentro”..., exemplifica o Prefeito Nande,  
16 advertindo que o Consórcio deve estar acima de qualquer prefeito e de qualquer interesse  
17 pessoal e atribui essa ausência nas reuniões a uma falta de responsabilidade do prefeito  
18 com o próprio município. Fala da insatisfação em convocar por diversas vezes os prefeitos  
19 e por descaso os prefeitos não comparecerem, dizendo que seu interesse como Prefeito  
20 não é particular, mas, para um bem comum, da sociedade. O Prefeito Nande,  
21 completando, reforça que é muito importante a presença do promotor, Dr. Rodrigo, para  
22 que os consorciados entendam que o trabalho do Consórcio é administrado com  
23 seriedade e que a única preocupação é de que todos os municípios tenham condições de  
24 destinar corretamente seus resíduos. Solicita uma maior colaboração de todos os  
25 prefeitos, que conduzam o Consórcio com maior seriedade e responsabilidade. Diz que  
26 está à frente do Consórcio para somar e deixa muito claro que, o cargo de Presidente do  
27 CISBRA pode ser ocupado por outro prefeito que tenha interesse, que a única  
28 preocupação é a destinação correta dos resíduos e que essa é a importância do  
29 Consórcio. Prosseguindo, passa a palavra para o Dr. Rodrigo Sanches Garcia que  
30 cumprimenta os presentes e se apresenta como promotor de justiça do Grupo Regional de  
31 Meio Ambiente, chamado GAEMA, que está sediado em Campinas, que atua nos  
32 municípios que compreende a Bacia PCJ. Explica que o GAEMA tem um grupo de  
33 atuação regional só focado na questão do meio ambiente e que essa atuação é muito



# CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA  
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

34 voltada para área de política pública, e que, uma delas, é a questão da política nacional  
35 de resíduos sólidos. Dr. Rodrigo diz que os municípios já vinham sendo cobrados pela  
36 elaboração dos planos municipais de resíduos sólidos e que o acompanhamento da  
37 elaboração dos municípios da região foi concentrado nos três consórcios, CONSAB,  
38 CONSIMARES e o CISBRA. Disse que acompanhou a elaboração do plano de resíduos  
39 de cada um dos consórcios e que cada um deles elaboraram planos com características  
40 diferentes, que o CISBRA sempre foi um consórcio elogiado, primeiro porque quem  
41 conduziu o processo de elaboração do plano de resíduos do CISBRA, foi Tarcísio, um dos  
42 consultores do Ministério de Meio Ambiente que também criou e participou na elaboração  
43 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. “... *Ele sempre foi um plano reconhecido pelos*  
44 *demais consórcios como um plano “a mais”, ou seja, um plano que tinha efetivamente*  
45 *conseguido gerenciar, ou conduzir ou obter todas as informações necessárias que a*  
46 *política nacional exigia...*”, justifica Dr. Rodrigo, e que por esses motivos o CISBRA vem  
47 sendo acompanhado com interesse, por ter sido o plano bem melhor elaborado, por  
48 consequência teria seus produtos finais melhor conduzidos. Continuando, disse que cuida  
49 de 24 (vinte e quatro) municípios e que é promotor há 18 (dezoito) anos, que conhece  
50 questões políticas de todos os tipos possíveis e não é seu objetivo falar sobre as questões  
51 políticas que estão conduzindo a atual situação. “... *Questões políticas sempre existiram,*  
52 *sempre vão existir, o problema é a forma como elas são conduzidas para a solução*  
53 *final...*”, disse o Promotor. Afirmo que enxerga a questão consorciada como algo  
54 extremamente importante porque não consegue ver um município de pequeno e médio  
55 porte, tendo capacidade técnica e condições financeiras pra fazer frente à necessidade da  
56 Política Nacional de Resíduos, considerando que a implantação dela exige conhecimento  
57 específico e corpo técnico bem estruturado e com constante especialização dentro das  
58 características e obrigações da política de resíduos sólidos, além de que os municípios,  
59 na sua maioria, necessitam de recursos financeiros externos para implantação do plano  
60 de resíduos. Considera que o Consórcio está em um momento, independentemente das  
61 ações judiciais e das brigas políticas que estão ocorrendo, de decidir para que lado vai  
62 caminhar e para que lado a política municipal de cada ente consorciado vai caminhar e  
63 isso é extremamente importante e que passa por vários tipos de decisões, da decisão  
64 política da eleição, que é uma obrigação do ente consorciado, da obrigação de cumprir  
65 com seus pagamentos, e de avaliar se a permanência de um ou de outro município ainda  
66 é interessante para o Consórcio, citando o exemplo de Itapira que tem pagamentos  
67 pendentes há muito tempo para o Consórcio. Afirmo que o Consórcio é que tem que  
68 decidir e que essa é a função dele, o de analisar até que ponto é interessante manter ou  
69 não o município consorciado ou cumprir o regimento interno, estatuto, optando pela



# CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA  
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

70 exclusão do município, para que o Consórcio efetivamente possa nos anos seguintes se  
71 programar, projetar seu orçamento dentro de uma realidade de recebimento efetivo de  
72 recurso. Cita a ação realizada no município de Americana que parcelou os valores para  
73 que permanecesse no CONSIMARES, e diz que é um algo que não tem certo e errado,  
74 que se trata de uma decisão político-administrativa de cada Consórcio. Salaria que é  
75 extremamente importante que o Consórcio mantenha a coesão porque para o município,  
76 implantar a política individualmente, não será uma tarefa fácil. Lembra que há 02 (dois)  
77 anos esteve num evento realizado pelo CISBRA junto com o Tribunal de Contas, o qual  
78 vem sistematicamente há alguns anos apontando para o município, se têm ou não o plano  
79 municipal e como ele está sendo implantando e que a tendência é que ocorra um aperto  
80 por parte do Tribunal de Contas com relação ao que cada município está fazendo, em  
81 cada um dos itens da política municipal de resíduos sólidos. Reprisa que não se trata  
82 apenas de um discurso meramente retórico de uma lei que deve ser cumprida, e que,  
83 existem consequências e avalia que uma das principais é a capacidade de organização  
84 para compor um corpo técnico e a possibilidade de diminuir custos, e que se o ente não  
85 está conseguindo o ganho em escala, a discussão deve ser trabalhada transparentemente  
86 com detalhamento do que está acontecendo dentro do Consórcio. Concluindo, Dr.  
87 Rodrigo, diz que o objetivo desta conversa é que os consorciados, independentemente  
88 das desavenças políticas e das interferências externas procurem manter a coesão,  
89 mantendo a sua finalidade e o real motivo da sua constituição. Declara que a intenção  
90 dele na reunião não é de fiscalizar, mas demonstrar dados do Ministério Público da  
91 importância desse trabalho coletivo, constituído pelos prefeitos antecessores, atuais e  
92 sucessores, agravando que, sozinhos os municípios terão problema. Adverte que o  
93 Consórcio pode até chegar num consenso de não continuar, ou de 05 (cinco) ou 06 (seis)  
94 municípios optarem pela saída, ou até mesmo decida pela dissolução do Consórcio, mais  
95 com a certeza de que vai haver dificuldades e que os municípios serão cobrados por uma  
96 capacitação técnica que dificilmente conseguirão obter com seu próprio corpo técnico.  
97 Concluindo, reitera, a importância de manter o Consórcio ativo, resolver a questão do  
98 orçamento para o próximo ano, garantindo a continuidade do CISBRA. Após a  
99 apresentação do Dr. Rodrigo, prosseguindo com a pauta, a assistente administrativa do  
100 Consórcio, Marcela Lonel de Souza Guelere, registra a presença de 05 (cinco) prefeitos,  
101 01(um) representante com procuração e a presença do representante José Mauro de  
102 Águas de Lindóia sem procuração. Marcela questiona o representante José Mauro se  
103 mesmo estando sem a procuração, está presente a pedido do Prefeito Gilberto Abdo  
104 Helou representando-o na presente reunião. José Mauro responde que sim, que está  
105 representando o município de Águas de Lindóia e que o Prefeito está num compromisso



106 na Secretaria de Educação, justificando sua ausência. O Procurador do Consórcio, Dr.  
107 Castelli, sugere que o representante José Mauro apresente a procuração dentro de 05  
108 dias. A sugestão foi aceita por todos os presentes e o quórum de 07 (sete) municípios foi  
109 confirmado. Com a confirmação do quorum, Marcela, inicia a seguinte pauta: **1)**  
110 Aprovação das últimas Assembleias realizadas ata 30 a 34; **2)** Homologação pela  
111 Assembleia Geral dos indicados para composição do Conselho Fiscal; **3)** Indicação do  
112 Presidente do Conselho Fiscal e homologação pela Assembleia Geral; **4)** Cerimônia de  
113 posse dos nomeados para o Conselho Fiscal; **5)** Assuntos diversos. Marcela solicita  
114 manifestação dos presentes quanto à aprovação das atas, não tendo nenhum  
115 questionamento ou objeção, as atas em pauta foram aprovadas pela totalidade dos  
116 presentes. Marcela apresenta o nome dos 11(onze) indicados a membro do Conselho  
117 Fiscal, explica que segundo o estatuto o Conselho é formado por no mínimo 07 (sete) e  
118 máximo 12 (doze) integrantes e solicita a homologação das indicações. Não havendo  
119 dúvidas ou contradições, os indicados foram homologados pela Assembleia Geral.  
120 Prosseguindo com a pauta, Marcela, solicita que o Presidente Nande indique um dos  
121 conselheiros para Presidente do Conselho Fiscal. Christian Fernando C. de Oliveira,  
122 conselheiro de Serra Negra, após homologação da Assembleia, foi nomeado Presidente  
123 do Conselho Fiscal do Consórcio seguido da lavratura do Termo de Posse. Sobre a pauta,  
124 assuntos diversos, Sandra Dimis, analista ambiental do Consórcio, informa que, realizou  
125 um pré-estudo, solicitando dados aos representantes de cada município para estimar  
126 “grosseiramente” quanto que cada município gastaria atualmente por cada tonelada de  
127 lixo, deixa claro que a estimativa é grosseira, já que não leva em consideração alguns  
128 custos envolvidos na coleta, por exemplo, manutenção da frota. Sandra trabalha com o  
129 exemplo do município de Serra Negra e explica como chegou no valor total aproximado de  
130 R\$ 366,00 (trezentos e sessenta e seis reais) por tonelada de resíduo coletado e  
131 destinado, um cálculo bem abaixo do efetivo já que não contempla custos anteriormente  
132 informados e os custos do transporte dos resíduos do município de Serra Negra até a  
133 Estação de Transbordo. Comenta que está pensando na possibilidade de implantar no  
134 Consórcio a coleta única que está previsto no plano de resíduos, ou seja, uma única  
135 empresa realizando a coleta do resíduo nas cidades até a destinação, desonerando os  
136 custos que a prefeitura tem com a manutenção da coleta. Sobre os resíduos da  
137 construção civil, Sandra comenta que os municípios estão sendo muito cobrados sobre a  
138 correta destinação, inclusive pelo próprio Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e que  
139 o Consórcio está retomando novamente as ações para a solução dos resíduos da  
140 construção civil. Lembra que o Consórcio realizou um pregão presencial mais a  
141 contratação não avançou devido ao alto custo para o beneficiamento e que a intenção



# CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA  
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

142 com essa retomada é pensar numa nova solução com menor custo para os municípios.  
143 Dr. Rodrigo pede a palavra e cita que no resíduo da construção civil é onde os municípios  
144 em geral consegue uma economia mais visível e mais rápida, citando o exemplo de  
145 Jundiaí, que apesar de ser um exemplo de município de porte maior, tiveram uma  
146 economia de 04 (quatro) milhões de reais, beneficiando os resíduos e reutilizando no  
147 próprio município, deixando de comprar o material. Cita também a economia de Holambra,  
148 do CONSAB que adquiriu a máquina para beneficiar os resíduos do consorciados. Dr.  
149 Rodrigo explica que existem várias modelagens, e reafirma que é uma ação que dá efeito  
150 imediato, com economia na aquisição de diversos tipos de material. Continuando com os  
151 informativos diversos, Sandra explica que o Consórcio atualmente não tem equipe técnica  
152 suficiente para realizar educação ambiental mais efetiva nas cidades e que levando em  
153 conta essa deficiência está estudando um modelo de parceria com as  
154 universidades/faculdades da região para que os alunos dentro do estágio obrigatório  
155 cumpram a carga horária realizando educação ambiental nas escolas dos municípios  
156 consorciados de uma maneira mais rápida. Além dessas ações, a analista ambiental,  
157 lembra a parceria com a empresa GAIA SOCIAL que já está em andamento e que está  
158 fomentando a criação de cooperativas e entrepostos em todos os municípios do  
159 Consórcio, e que, iniciou a apresentação deste projeto de coleta seletiva aos  
160 departamentos de meio ambiente. Dr. Castelli, procurador jurídico, apresenta  
161 detalhadamente aos presentes as ações judiciais em andamento no Consórcio. Informa  
162 que existe um mandado de segurança que o empregado através de liminar busca sua  
163 reintegração, que a princípio, já em segunda instância, a desembargadora decidiu  
164 favorável ao empregado, mas que depois reformou a decisão justificando que por ser um  
165 cargo comissionado não existe a necessidade de permanência no cargo podendo ser  
166 desligado a qualquer momento. Castelli diz ainda que esse processo aguarda a decisão  
167 judicial do julgamento do mérito em primeira e segunda instancia onde é questionado o  
168 quorum da eleição à presidência do Consorcio. Quanto às ações trabalhistas, o  
169 procurador informa que uma se trata de ação de assédio moral que o Consórcio sofreu  
170 condenação em primeira instância no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mas  
171 que está recorrendo, buscando a reversão ou a redução desse valor que está bem acima  
172 da jurisprudência. O Prefeito Nande solicita ao Castelli que informe o ano dessa ação para  
173 deixar claro de que essa condenação não é do atual mandato. Prosseguindo, Castelli  
174 informa sobre a outra ação trabalhista movida por empregado demitido no início do ano,  
175 explicando detalhes da ação se dispondo a esclarecer quaisquer dúvidas com relação aos  
176 processos judiciais. O Presidente do Consórcio reafirma que essas ações trabalhistas não  
177 são da atual gestão do Consórcio. Dr. Rodrigo fazendo uso da palavra pergunta como é o



# CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA  
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

178 canal de comunicação, da transparência da administração com os prefeitos e sugere a  
179 emissão de boletins bienais ou trimestrais ou com a periodicidade que julgar necessário  
180 para integração dos prefeitos com as ações do CISBRA, reafirmando que a ação  
181 proporciona mais transparência e permite uma maior interlocução dos integrantes com o  
182 Consórcio. Castelli aproveita a fala do Dr. Rodrigo e realiza um apelo aos Prefeitos para  
183 que compareçam nas assembleias pré-convocadas para formação de quorum. Argumenta  
184 que a ausência de quorum engessa as atividades, seja ambiental ou administrativa,  
185 impactando ações do Consórcio. Novamente, solicita comparecimento dos prefeitos nas  
186 reuniões, advertindo que a ausência de quorum, ausência de deliberação pode levar a  
187 extinção do Consórcio. O representante de Socorro, João Batista, comenta que é  
188 importante o envolvimento dos secretários e diretores do meio ambiente nos assuntos do  
189 CISBRA não só para colaborar e auxiliar o prefeito na tomada de decisão, mas para servir  
190 de canal de comunicação entre o município e o Consórcio. André, contador do Consórcio,  
191 retoma o assunto da transparência levantada pelo promotor Dr. Rodrigo, e completa que  
192 todas as ações do Consórcio estão disponíveis no site. Não havendo mais nada a tratar,  
193 a reunião é encerrada. Eu, Marcela Lonel de Souza Guelere, redigi e lavrei a presente ata,  
194 que segue assinada por mim e pelo Presidente do Consórcio. Amparo, 15 de agosto de  
195 2017.

**Marcela Lonel de Souza Guelere**  
Assistente Administrativo

**Jair Fernandes Gonçalves**  
Presidente